



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 30ª Reunião da Câmara Técnica de Mineração e de Empreendimentos Agropecuários, realizada no dia 16 de maio de 2007.**

Realizou-se, no dia 16 de maio de 2007, às 09h00, na Sala de Reuniões do Consema, Prédio 6 da SMA/Cetesb, a 30ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Mineração e de Empreendimentos Agropecuários, para a qual compareceram os seguintes conselheiros: **Mauro Frederico Wilken, Manuel Cláudio de Souza, Neide Araújo, Carlos Alberto Cruz Filho, Fernando Batolla Jr., Luciano Sakurai, Lúcia Sena e Danilo A. Amorim**. Estiveram presentes também os futuros conselheiros representantes da OAB e da Secretaria da Agricultura, **Rosa Bastos e Marco Antonio Trauzzola**. Constavam da pauta: 1) aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária; 2) apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação da Área de Lavra de Calcário para Produção de Brita**”, de responsabilidade da Votorantim Cimentos do Brasil Ltda., em Araçatiguama (Proc. SMA 13.584/2007). Abertos os trabalhos, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, submeteu à apreciação a Ata da 29ª Reunião Ordinária, que foi aprovada. O **Engº Millton Akira Ishisaki**, representante da empresa de consultoria Prominer Projeto, responsável pelos estudos ambientais, apresentou o projeto e o Plano de Trabalho. Passou-se à discussão. Respondendo às questões formuladas pelos conselheiros **Fernando Batolla e Mauro Wilken**, o **Engº Millton Akira Ishisaki** esclareceu: 1) que o EIA/RIMA apresentará a configuração final da área – com o preenchimento ou não da cava – e propostas para sua futura utilização com base nos estudos hidrogeológicos que estão sendo elaborados; 2) que o aumento do número de veículos se vinculará à ocorrência ou não do incremento da produção, e que a própria empresa promove a manutenção das estradas que interligam a Rodovia Castelo Branco com a área do empreendimento, inclusive executando a umectação das vias; 3) que o cadastro das nascentes está sendo elaborado há mais de um ano, mas sua conclusão demanda ainda algum tempo, uma vez que alguns desses cursos d’água são temporários, ou seja, permanecem secos durante algumas estações do ano, o que impede sua identificação; 4) que o sistema de lavagem e manutenção das máquinas já se encontra implantado e licenciado pela Cetesb. Depois de o conselheiro **Carlos Alberto Cruz Filho** sugerir que o plano de gestão ambiental contemple programa de comunicação social voltado para a comunidade do entorno do empreendimento, a conselheira e Diretora do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, **Neide Araújo**, propôs que, por se tratar de empreendimento que opera há algum tempo e que se pretende que continue funcionando no mesmo local, o EIA/RIMA deve caracterizar bem sua situação atual, ou seja, apresentar o histórico do cumprimento das obrigações, exigências, compromissos, prazos e sanções estabelecidos pela Cetesb e por outros órgãos ambientais, e a situação prevista com sua ampliação. **Engº Millton Akira Ishisaki**, depois de fazer menção aos compromissos firmados com o DEPRN e já cumpridos e de assegurar que do EIA/RIMA constará um histórico da empresa que caracterizará sua situação atual, respondendo às questões formuladas pela futura conselheira da OAB, **Rosa Bastos**, informou: 1) que o empreendimento se adequará às exigências estabelecidas pela legislação vigente; 2) que todas os impactos gerados serão compensados e/ou mitigados; 3) que o EIA/RIMA contemplará as medidas de segurança do trabalho. Concluída a discussão, teve lugar uma troca de pontos de vista entre o Secretário-Executivo e os conselheiros presentes da qual emergiram as propostas que se seguem e que devem ser apresentadas ao Plenário: 1) que, na fase de elaboração do Termo de Referência para o EIA/RIMA de todos os empreendimentos, seja implementado procedimento semelhante ao atualmente adotado para os energéticos, qual seja, encaminhar-se o plano de trabalho para todos os membros da câmara técnica específica imediatamente, para que, se assim desejarem, ofereçam sua contribuição ao DAIA, ou, eventualmente peçam sua advocação na reunião subsequente do Plenário; 2) que seja abolida a exigência de quorum para as reuniões de câmara técnica destinadas à apreciação de planos de trabalho. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.